



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ORAL

### **Fornecer os dados científicos sobre a construção da ilha ecológica e a selecção da sua localização, e divulgar as informações sobre os golfinhos brancos encontrados nas áreas marítimas de Macau**

Recentemente, o Governo lançou a consulta pública sobre o “Zoneamento Marítimo Funcional”, o “Plano das Áreas Marítimas” e a “Lei de Uso das Áreas Marítimas”, e o que mais despertou a atenção da sociedade foi a proposta de construção de uma ilha a um quilómetro de Long Chao Kok em Hác-Sá, Coloane, para tratamento dos resíduos urbanos e da construção nos próximos 20 anos.

O aterro para resíduos de construção, que entrou em funcionamento em 2006 e é o único em Macau, já está saturado há muito tempo. Então, o Governo definiu medidas de curto, médio e longo prazo: recorreu ao Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau na área da protecção ambiental, para o transporte dos materiais inertes resultantes de demolição e construção para o Interior da China, para serem utilizados em aterros ou reutilizados; em 2015, propôs a mobilização de 200 milhões para construir, no aterro em causa, instalações capazes de seleccionar, diariamente, 2 mil toneladas de materiais inertes, para satisfazer os critérios do seu transporte para o Interior da China; e em 2021, lançou o regime de cobrança de taxas para resíduos de construção e planeou a utilização dos materiais inertes resultantes da demolição e construção já seleccionados para os aterros das zonas novas e do aeroporto.

Quanto à ilha ecológica e à escolha da sua localização, segundo muitas pessoas atentas à preservação do meio marinho ecológico ou que praticam desportos



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

aquáticos na Praia de Hác-Sá, é frequente ver golfinhos brancos chineses nas águas entre Hác-Sá e Cheoc Van, portanto, receiam que a construção da ilha naquele local piore o ambiente da sua sobrevivência e afecte o meio marinho, e que até os obrigue a abandonar as águas a sul de Macau, causando danos irreversíveis ao valor ecológico.

Em 2022, o Governo procedeu à avaliação do impacto ambiental das obras de ampliação do aeroporto, e segundo o respectivo relatório, "neste momento, os golfinhos brancos chineses nas águas sob jurisdição de Macau encontram-se, na sua esmagadora maioria, em Lingdingyang, e os restantes nas águas de Modaomen. A manutenção do ecossistema das águas de Macau é um pressuposto importante para a estabilidade da estrutura da população de golfinhos brancos chineses encontrados nos dois lugares, portanto, a protecção do ambiente ecológico destas zonas reveste-se de grande significado para a protecção dos mesmos." Em 2018 e 2020, o IAM encarregou uma instituição profissional de proceder à "Investigação dos golfinhos brancos chineses encontrados nas águas sob jurisdição de Macau", e os resultados mostram que estes golfinhos aproveitam as águas de Macau para a procura de comida e convívio.

No relatório que obtive através da AL há dois anos, aponta-se claramente a distribuição dos golfinhos brancos, e também se propõe a delimitação duma zona de protecção ecológica marinha, porém, estas informações nunca foram divulgadas. É incompreensível que, ao facultar o relatório, o IAM tenha afirmado que, conforme o acordo celebrado, a propriedade intelectual do relatório pertencia ao IAM e à entidade colaboradora, por isso, a sua utilização dependia do consentimento de ambos. Em relação a esta investigação totalmente paga pelo Governo, existem cláusulas que



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

manifestamente impedem o direito do público à informação, o que é inaceitável.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. No âmbito do projecto de reutilização dos materiais inertes resultantes da demolição e construção noutras regiões, referido nas medidas de tratamento de resíduos da construção, quando é que vão estar concluídas as instalações de selecção? Quando vai ser concretizada a reutilização daqueles materiais em Macau e noutras regiões? O Governo já avaliou os resultados da cobrança de taxas dos resíduos de construção e se esta cobrança reduziu eficazmente a produção de resíduos, para evitar o uso de aterros para o seu tratamento? Se for necessário avançar com obras de aterro, o Governo vai escolher um local com menos impacto sobre o ambiente ecológico, por exemplo, as águas a leste da Zona A ou a sul da Ilha Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau? E vai reduzir, ao mínimo, a área de aterro?

2. Segundo muitas opiniões, receia-se que a ilha ecológica nas águas de Hác-Sá possa causar danos irreversíveis ao valor ecológico de Macau. Segundo o relatório de avaliação do impacto ambiental sobre as obras de ampliação do aeroporto, aquele local é também um canal importante para a procura de comida e convívio por parte dos golfinhos brancos. De que dados ou estudos mais actualizados dispõe o Governo para apoiar a construção da ilha ecológica a sul de Coloane, sem cortar o canal ecológico dos golfinhos brancos? Os relatórios de “Investigação dos golfinhos brancos chineses” do IAM são importantes para o público ajuizar se a localização da ilha ecológica é a mais adequada, então, o Governo vai solicitar à entidade responsável pelo estudo o acordo para a respectiva divulgação? E vai garantir que, em relação a estudos a realizar no futuro, não haja cláusulas que impeçam o direito do público à



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

informação?

3. Como os golfinhos brancos chineses são animais nacionais protegidos de primeira classe, o Ministério da Agricultura do País definiu, em 2017, a meta de proteger mais de 90% do seu habitat até 2026, e a Convenção sobre a Diversidade Biológica da ONU, que é aplicável a Macau, estabelece a meta de proteger 30% das zonas marítimas até 2030. Mas, na presente consulta pública, sugere-se apenas a demarcação, a sul de Coloane, de uma zona especial protegida de pequena área, cuja proporção é muito inferior às referidas metas. Isto não viola a meta definida pelo País e a Convenção sobre a Diversidade Biológica? Nos termos do artigo 22.º da Lei orgânica do IAM, a Divisão de Inspeção e Controlo Veterinário é responsável pela execução das normas no domínio da fauna estabelecidas nas convenções internacionais aplicáveis a Macau, então, porque é que a Comissão Coordenadora da Gestão e do Desenvolvimento das Áreas de Jurisdição Marítima não integra representantes do IAM? Qual é o serviço responsável pela execução e fiscalização dos trabalhos de protecção do ambiente ecológico das áreas marítimas sob jurisdição de Macau?

31 de Janeiro de 2024

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lam U Tou**